



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



29 de setembro de 2008

Vol. 3 No. 17

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
G-7 não chega a consenso sobre SSM	1
Parlamento europeu limita o uso de biocombustíveis de primeira geração	2
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
Noruega anuncia doações de US\$ 1 bilhão para Fundo da Amazônia	4
Brasil enfrenta barreiras às exportações de carne	5
BREVES MULTILATERAIS	6
UE propõe alterações ao Acordo de TI da OMC	6
UE aprova importação de soja geneticamente modificada	7
BREVES REGIONAIS	8
Argentina e Brasil negociarão em moeda local	8
Desoneração de exportações: em vigor “drawback verde amarelo”	9
EVENTOS	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	12

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

G-7 não chega a consenso sobre SSM

Oficiais do governo de sete potências comerciais reuniram-se recentemente em Genebra na última tentativa de resolver suas diferenças sobre os mecanismos de salvaguarda especial (SSM, sigla em inglês) em agricultura para países em desenvolvimento (PEDs) – um instrumento altamente polêmico, responsável pelo colapso da reunião mini-ministerial da OMC em julho passado.

Alguns delegados consideraram o encontro uma oportunidade final para o G-7 - Austrália, Brasil, China, Estados Unidos da América (EUA), Índia, Japão e União Européia (UE) - demonstrar seu valor como grupo negociador, paralelo ao processo multilateral. O objetivo do G-7 era alcançar um posicionamento único do grupo sobre os temas mais importantes e controversos das negociações, para então apresentá-los aos demais Membros da OMC.

Os países não chegaram, porém, a um entendimento comum e as negociações terminaram abruptamente durante o final de semana retrasado quando a Índia se recusou a assinar um compromisso sobre SSM, apesar de os demais membros do G-7 terem sinalizado que estariam dispostos a aceitá-lo.

Um delegado concluiu que as negociações foram nulas e questionou as vantagens de se insistir nos debates sobre SSM. Outro delegado contrastou o resultado desanimador dos encontros do G-7 com a atmosfera otimista que prevaleceu na abertura das consultas informais.

Alguns negociadores do G-33 lamentaram, entretanto, a ausência da Indonésia e de outros coordenadores de coalizões de PEDs nas reuniões (que foram restritas a convidados).

A falta de consenso entre os membros do G-7 significa, em termos práticos, que é bastante improvável que o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, convoque uma

reunião entre ministros do comércio nos próximos meses. Lamy havia anunciado a realização deste encontro caso as negociações do G-7 fossem frutíferas.

Além do SSM, outros diversos temas de extrema importância para a potencial celebração de um acordo, tais como subsídios ao algodão, criação de quotas tarifárias e simplificação tarifária, ainda não foram discutidos em detalhe.

Propostas sobre SSM

Uma adaptação da proposta da UE apresentada em julho deste ano serviu como base para as negociações sobre SSM entre os membros do G-7. O projeto, que segue um sistema de gradação, permite que os países apliquem tarifas mais elevadas no caso de maiores incrementos das importações. Durante a mini-ministerial de julho, sugeriu-se que a faixa mais baixa teria como base aumentos nas importações de 115 ou 120%, enquanto a faixa mais alta cobriria incrementos maiores, de, no mínimo, 135 ou 140%. Haveria uma única exceção aos PEDs que estivessem sofrendo com uma profunda queda nos preços, entre 7,5 e 15%. Nesses casos, os países poderiam impor as tarifas originalmente aplicáveis à faixa mais elevada.

Países exportadores estavam bastante entusiasmados com a idéia da inclusão de uma norma que assegurasse que o crescimento “natural” do comércio não justificaria a imposição das tarifas protetoras, previstas no SSM. Este dispositivo permitiria que as importações crescessem a um certo ritmo, possivelmente determinado por uma média móvel durante um período fixo. Por outro lado, incrementos repentinos nas importações, superiores ao crescimento considerado “natural”, permitiriam a imposição das medidas de salvaguarda especial. Representantes de alguns PEDs ressaltaram, entretanto, que o acordo sobre SSM, firmado durante a Rodada Uruguai, não dispõe sobre essa possibilidade e insinuaram ainda, que a inclusão de uma regra para justificar o crescimento “natural” tornaria o mecanismo menos útil.

Em direção a um processo multilateral

No início desta semana, o presidente das negociações agrícolas da OMC, Crawford Falconer, deverá convocar uma série de reuniões que estarão centradas na análise dos temas de especial relevância para os Membros da OMC, relacionados ao processo e ao conteúdo das negociações.

Não se sabe, entretanto, se a OMC está preparada para discutir o processo de negociação. Em 24 de setembro, durante o Fórum Público da OMC em

Genebra, Lamy afirmou que os Membros devem, primeiro, chegar a um consenso sobre os temas já em negociação para depois começarem a pensar na expansão da lista de assuntos tratados na OMC ou em mudanças sobre o processo de tomada de decisão dentro da organização.

Lamy afirmou que ainda não é o momento de se iniciar discussões paralelas sobre como negociar, mesmo que esta idéia possa ser retomada futuramente.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 31, 24 set. 2008.

Parlamento europeu limita o uso de biocombustíveis de primeira geração

Mais uma vez, o uso de biocombustíveis com o objetivo de combater as mudanças climáticas gera controvérsias.

O Comitê de Indústria do Parlamento Europeu está revendo a legislação sobre energia e mudanças climáticas. A presidência europeia (França) espera aprovar a revisão antes da próxima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), que será realizada em Poznan, Polônia, em dezembro deste ano.

O Comitê aprovou, em 11 de setembro passado, a emenda da atual legislação que determina que, até 2020, deve vigorar o patamar mínimo de mistura obrigatória de biocombustíveis, definido em 10%. A nova proposta mantém a meta de 10%, mas especifica que pelo menos 40% dessa fonte renovável não podem competir com cultivos de alimentos – ou seja, devem ser a base de resíduos ou algas, ou ainda, hidrogênio ou energia renovável.

Claude Turmes, membro “verde” do Parlamento Europeu e responsável pelas negociações, afirmou que o Comitê de Indústria fortaleceu suas salvaguardas contra os impactos prejudiciais dos biocombustíveis à base de cultivos agrícolas.

A Associação Europeia de Bioetanol alertou, entretanto, que, caso aprovada, a medida do Parlamento colocará em risco mais de cinco bilhões de euros investidos na capacidade produtiva do etanol europeu, assim como os empregos relacionados a tal produção. De acordo com a associação, as rigorosas metas estabelecidas para a eficiência de carbono favorecerão a importação de biocombustíveis – como o

etanol brasileiro –, em detrimento daqueles produzidos na Europa.

Em outubro, o Parlamento Europeu votará a legislação sobre energia e clima, que deverá, em seguida, ser aprovada pelos Estados Membros do bloco.

Violações aos direitos humanos e biocombustíveis

Em 10 de setembro passado, Olivier De Schutter, relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à alimentação, apresentou um relatório sobre problemas relacionados aos biocombustíveis ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, Suíça. O relatório conclui que a fome nos países mais pobres não deriva da falta de comida, mas sim da alta no preço dos alimentos disponíveis.

Segundo De Schutter, diversos fatores têm contribuído para o aumento do preço dos alimentos, por exemplo, o crescimento populacional, a especulação no mercado das *commodities* e as mudanças nos hábitos alimentares da população mundial. No entanto, ressaltou que o aumento da produção de combustíveis à base de plantas contribui para o encarecimento dos alimentos, na medida em que uma porção significativa de terras aráveis, antes destinadas ao cultivo de alimentos, são hoje voltadas à produção de bioetanol e biodiesel.

Além dos impactos negativos dos biocombustíveis sobre o acesso a alimentos, De Schutter destacou outros efeitos indesejados da larga produção dessa fonte alternativa de energia sobre os direitos humanos. Segundo o relator, o aumento dos preços das terras agrícolas inviabiliza, em alguns casos, que pequenos agricultores possam adquiri-las. Afirma, ainda, que em casos extremos, a busca por novas áreas para cultivo poderia expulsar povos indígenas de suas terras e degradar as condições de trabalho dos agricultores nos países em desenvolvimento.

Padrões de sustentabilidade para os biocombustíveis?

O relator da ONU recomendou que o Conselho de Direitos Humanos analisasse a crise alimentar e a produção de biocombustíveis sob a perspectiva dos direitos humanos, o que evitaria um desenvolvimento distorcido dos países produtores e permitiria considerar os custos dos consumidores e os ganhos dos produtores associados aos preços dos alimentos.

O relator defendeu que seja permitido aos governos recusar a importação de biocombustíveis oriundos de

países que não respeitam padrões de sustentabilidade e direitos humanos, os quais poderiam incluir as condições trabalhistas.

Um representante brasileiro, contestou, entretanto, as afirmações do relator da ONU, enfatizando que os biocombustíveis não são o “vilão” da crise global de alimentos, e que, ao contrário do que fora alegado, a crescente produção de biocombustíveis poderia contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos países produtores.

Relatório de ONG critica biocombustíveis latino-americanos

Um relatório recentemente publicado pela ONG *Friends of the Earth International* criticou duramente a produção de biocombustíveis na América Latina ao sustentar que o rápido desenvolvimento de combustíveis derivados de plantas ameaça a biodiversidade, acelera o desmatamento e dissemina condições trabalhistas precárias na região.

Ainda que o relatório, intitulado "*Fuelling destruction in Latin America*", tenha criticado diversos países latino-americanos, destacou, em especial, a atuação do Brasil – maior produtor de etanol da região – pelas péssimas condições de trabalho dos cortadores de cana e pelo uso extensivo de pesticidas e fertilizantes químicos na produção de biocombustíveis.

A associação brasileira União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) publicou uma nota em resposta às acusações da ONG, na qual alegou que as informações apresentadas no relatório estão descontextualizadas, imprecisas e desatualizadas.

Marcos Jank, presidente da UNICA, afirmou que o Brasil tem dado passos significativos em direção ao aumento da sustentabilidade da produção de agro-biocombustíveis, pela redução das emissões de dióxido de carbono, criação de novos empregos e desenvolvimento de novas tecnologias. Segundo Jank, a experiência brasileira é a mais antiga e a mais bem sucedida iniciativa em grande escala de produção sustentável e no uso de biocombustíveis no mundo hoje.

O relatório "*Fuelling Destruction in Latin America: The Real Price of Agrofuels*" está disponível em: <<http://www.foei.org/en/publications/pdfs/biofuels-fuelling-destruction-latinamerica>>.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes* Vol. 8 No. 16, 19 set. 2008.

NOTÍCIAS REGIONAIS**Noruega anuncia doações de US\$ 1 bilhão para Fundo da Amazônia**

A Noruega poderá doar US\$ 1 bilhão até 2015 ao Brasil para a implantação de políticas de redução do desmatamento na floresta amazônica. A doação foi anunciada no último dia 16 pelo primeiro-ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, durante visita a Brasília. Trata-se da primeira doação de um país estrangeiro ao recém criado Fundo Amazônia, iniciativa do governo federal voltada à arrecadação de recursos para a preservação da floresta.

Dentre as motivações que propulsam a iniciativa norueguesa, a redução de emissões de carbono está em primeiro plano. Stoltenberg acredita que reduzir o desflorestamento é a maneira mais fácil, barata e eficiente de diminuir as emissões de carbono responsáveis pelo aquecimento global. O governo da Noruega destina cerca de US\$ 550 milhões anuais para ações globais contra o desmatamento, mas a doação ao Brasil foi a maior já anunciada pela Noruega a programas do gênero. O primeiro depósito já foi realizado, no valor de US\$ 20 milhões, e outros US\$ 120 milhões serão depositados de maneira parcelada nos próximos 12 meses. O restante do dinheiro será doado até 2015, mediante a comprovação da efetividade das medidas destinadas à redução do desmatamento.

Proposto durante a conferência sobre o clima em Bali, em dezembro de 2007, e concretizado por um decreto presidencial de 1 de agosto de 2008, o Fundo será responsável pela captação de recursos, exclusivamente por meio de doações, com o objetivo de servir ao financiamento não-reembolsável de ações para a prevenção, o monitoramento e o combate ao desmatamento da floresta. Seus recursos serão aplicados em atividades de manejo florestal sustentável, fiscalização e controle ambiental, regularização fundiária e projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Também serão destinados recursos a pesquisas científicas e tecnológicas de interesse à proteção da Amazônia.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será o gestor e responsável pela captação e administração dos recursos do Fundo. As decisões sobre onde investir serão tomadas por um comitê técnico formado por membros do Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente e Secretaria para Assuntos Estratégicos), governos dos estados amazônicos e representantes da sociedade civil. Os critérios de aprovação dos projetos serão os mesmos

já aplicados pelo BNDES, sendo que os doadores não terão qualquer influência neste processo.

Deste modo, o Fundo Amazônia contorna a delicada questão da interferência estrangeira na Amazônia. Por outro lado, será permitido aos doadores que acompanhem a aplicação dos recursos. No caso das doações norueguesas, os termos acordados são claros: os aportes anuais só ocorrerão se o Brasil mantiver a taxa de desmatamento abaixo dos 19.500 km² médios do decênio 1996-2005. Cada tonelada de CO₂ que deixar de ser emitida dará o direito a utilizar US\$ 5 do fundo. Tomando-se o exemplo do ano de 2006, em que o desmatamento ficou 5.500 km² abaixo desta meta, o país poderia receber US\$ 1 bilhão em apenas um ano. As perspectivas mais otimistas apontam para a possibilidade de captar ao Fundo montantes superiores a US\$ 21 bilhões até 2021.

Paralelamente à criação do Fundo, outro decreto presidencial determinou a isenção de tributos, como o PIS/Pasep e a Cofins, para os depósitos direcionados à prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como para as atividades de conservação e uso sustentável de florestas. O governo calcula que o impacto da renúncia fiscal em 2008 será de R\$ 43 milhões para a Cofins e R\$ 7 milhões para o PIS/Pasep. O Ministro do meio ambiente, Carlos Minc, afirma que a isenção é plenamente justificada pela nobreza dos objetivos perseguidos: "Não tem sentido um país dar US\$ 100 milhões para defender a Amazônia e US\$ 20 milhões virarem imposto para o governo. Então, qualquer fundo dessa natureza, supõe-se que ele vá diretamente para o destino adequado, que é a sustentabilidade".

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Agência Brasil. *Lula assina amanhã decreto criando o Fundo da Amazônia*. (01/08/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=480019>. Acesso em: 24 set. 08.

Folha de São Paulo. *Amazônia bilionária*. (22/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=496672>. Acesso em: 24 set. 08.

Folha Online, *Noruega vai investir R\$ 1 bi em políticas de redução do desmatamento da Amazônia*. (16/09/08). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u445435.shtml>>. Acesso em: 24 set. 08.

O Estado de São Paulo. *O amigo norueguês: US\$ 1 bilhão para a Amazônia*. (17/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=494760>. Acesso em: 26 set. 08.

Valor Econômico. *Ambiente de negócios*. (15/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=493975>. Acesso em: 24 set. 08.

Valor Econômico. *Noruega doa US\$ 1 bi para proteção da Floresta Amazônica*. (17/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=494700>. Acesso em: 24 set. 08.

Brasil enfrenta barreiras às exportações de carne

O Brasil tem se esforçado para manter a posição de liderança entre os exportadores de carnes *in natura*. Apesar de figurar entre os maiores produtores – o país é o maior produtor mundial de carne bovina, o terceiro em aves e o quarto em carne suína –, o comércio internacional no setor tem apresentado diversos obstáculos para o governo e produtores brasileiros.

Um desses embates – a venda de carne de frango à União Européia (UE) – voltou ao foco das atenções na semana passada, quando o bloco solicitou ao governo brasileiro uma consulta bilateral para discutir a recente alteração no modelo de distribuição de quotas de exportação para o mercado europeu. Em questão figuram cerca de US\$ 500 milhões anuais que deixariam as mãos dos importadores europeus e seriam revertidos aos exportadores brasileiros, os quais vinham pressionando o governo por medidas.

Em 2005, Brasil e Tailândia instalaram um contencioso contra a UE perante a OMC, em função de uma mudança de classificação tarifária empreendida pelo bloco, que teve como resultado prático a elevação da taxa de importação do produto de 15,4% para 75%. Após decisão do Órgão de Solução de Controvérsias, que acolheu a reclamação dos países demandantes, a UE recorreu ao sistema de quotas para restringir a entrada maciça do produto brasileiro. Estabeleceu um limite de 170 mil toneladas para o total das exportações brasileiras do produto para o bloco, sendo que deverá incidir uma alíquota de 1.300 euros por tonelada sobre o volume exportado em excesso.

Contudo, as licenças de importação para comprar a carne de frango dentro da quota brasileira – sem o ônus da alíquota superior – passaram a ser revendidas

por alguns importadores, dando margem ao surgimento de um mercado paralelo de licenças. Os importadores tradicionais passaram, então, a exigir dos exportadores brasileiros um abatimento no valor pago pelo produto, correspondente à quantia paga pela licença, sob a alegação de que precisariam embutir esse custo ao valor do produto revendido internamente.

Diante desse quadro, os produtores brasileiros, representados pela Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango (ABEF), reivindicaram, junto ao governo brasileiro, um novo modelo interno de distribuição de cotas, o qual, agora, é objeto da consulta solicitada pela UE. O sistema, recentemente aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), atribuiu ao governo a divisão do volume que caberá a cada empresa dentro da cota. Às atuais empresas exportadoras caberá 90% do volume, distribuídas com base na performance histórica de vendas ao mercado europeu de cada uma, nos últimos três anos. Os 10% restantes serão reservados à entrada de novos exportadores. Com a medida, o governo espera evitar a pressão dos importadores pelo “desconto”, fundamentada no valor da licença.

Durante a consulta, a UE solicitou a suspensão da efetivação do novo modelo, sob a alegação de haver incertezas quanto à sua conformidade com as regras da OMC. O Brasil, porém, manteve o dia 1º de outubro como data para a entrada em vigor da medida, de maneira que a reunião terminou em impasse.

O novo regime de administração das quotas também foi questionado na esfera doméstica. Alguns pequenos exportadores demonstraram insatisfação com o critério de distribuição, pelo fato de ser baseado no desempenho dos exportadores nos últimos três anos. Algumas empresas, descontentes com o esquema, reputaram o sistema como discriminatório e vantajoso apenas para as grandes exportadoras locais.

A despeito das manifestações nesse sentido, a maioria do setor produtor de frango apóia a conduta do governo. O presidente da ABEF, Francisco Turra, sustentou a manutenção da decisão de implementar o novo modelo, ainda que algumas empresas dentro da Associação discordem de sua adequação.

Carne bovina

Por outro lado, em relação à carne bovina, o cenário parece mais otimista. As exportações para a UE haviam sido suspensas no início do ano, por exigências de caráter sanitário por parte do bloco (Ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 3, No. 7, disponível em: <http://www.direitogov.com.br/subportais/publicaçõe/PQ_3-7.pdf>). A liberação de fazendas para comercialização, que tem sido realizada de forma

gradual pela UE, ganhou impulso com a habilitação de novos estabelecimentos nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais. A decisão foi ratificada pela Diretoria Geral para Saúde e Consumidores da UE, no último dia 16, em Bruxelas.

Em relação a outros destinos das exportações da carne brasileira, também foram observados progressos em termos de maior acesso a mercados. As recentes tensões entre Estados Unidos da América (EUA) e Rússia podem favorecer as vendas brasileiras para o mercado russo, principal comprador mundial da carne bovina e suína brasileira. Isso porque as quotas tarifárias pertencentes aos produtores estadunidenses poderão ser revertidas aos brasileiros.

Quanto ao mercado dos EUA, também há perspectivas de expansão. Entre os últimos dias 15 e 17, o governo estadunidense recebeu uma delegação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil para discutir com técnicos do seu Departamento de Agricultura, a análise dos riscos para exportação de carne, entre outros temas. O encontro deu continuidade aos trabalhos iniciados em maio, em Brasília, no Comitê Consultivo Agrícola, cujo objetivo é promover a facilitação do comércio no setor entre os dois países.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Portaria N° 16, de 1º de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1217963685.pdf>. Acesso em: 22 set. 2008.

Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango. *ABEF defende, para frango, nova gestão de cotas aprovada*. (17/09/2008). Disponível em: <http://www.abef.com.br/noticias_portal/exibenoticia.php?notcodigo=552>. Acesso em: 17 set. 2008.

Valor Econômico. *UE questiona mudança em sistema de cotas para exportação de frango*. (16/09/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=494376>. Acesso em: 16 set. 2008.

Valor Econômico. *Impasse nas cotas de frango para a UE*. (23/09/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=497173>. Acesso em: 23 set. 2008.

Netcomex. *Brasil e EUA continuam discussões sobre exportação de carnes in natura*. (15/09/2008). Disponível em: <http://www.netcomex.com.br/noticias_interna.php?q=6512bd43d9caa6e02c990b0a82652dca&idn=340b706fb4f5035f33fca07fbbaf411>. Acesso em: 16 set. 2008.

Netcomex. *Brasil amplia área habilitada para exportar carne bovina in natura à União Européia*. (15/09/2008). Disponível em: <http://www.netcomex.com.br/noticias_interna.php?q=d3d9446802a44259755d38e6d163e820&idn=77b917da760ab9aeca583fd0bb0e1c67>. Acesso em: 16 set. 2008.

BREVES MULTILATERAIS

UE propõe alterações ao Acordo de TI da OMC

A União Européia (UE) propôs, em 15 de setembro, uma expansão do Acordo de Tecnologia da Informação (ATI) da OMC, o que poderia afetar uma disputa em andamento contra as tarifas européias aplicadas a produtos de TI.

De acordo com Peter Mandelson, Comissário de Comércio da UE, o ATI continua sendo uma referência para a liberalização desse mercado, mas corre o risco de ficar obsoleto já que não sofreu alterações que acompanhassem o desenvolvimento tecnológico de 12 anos. Afirma que é preciso uma atualização do ATI para adaptá-lo ao século XXI, a fim de que tanto consumidores quanto empresários possam ser beneficiados.

A UE propôs diversas alterações ao ATI: aumentar o número de produtos cobertos pelo acordo; recrutar mais países signatários; e estabelecer mecanismos que possibilitem manter o acordo sempre atualizado.

A proposta européia foi apresentada três meses depois que Estados Unidos da América e Japão depositaram uma reclamação perante a OMC sobre o regime de tarifas imposto pela UE a alguns bens, que, na verdade, deveriam ser isentos de tarifas, de acordo com a versão atual do ATI. Em junho, Taiwan juntou-se ao grupo de reclamantes.

A disputa envolvia, inicialmente, três produtos: aparelhos de TV a cabo ou satélite com funções de Internet; tela plana para computador; e impressora com funções de *scanner*, copiadora e fax. Os países demandantes argumentam que tais produtos deveriam ser isentos de tarifas, mas o bloco europeu sustenta que o ATI não é aplicável quando as mudanças

tecnológicas incorporam outras funções a determinado produto.

Embora a UE ainda não tenha apresentado a lista de produtos que espera incluir sob o ATI expandido, parece indicar que será dada prioridade a produtos multifuncionais.

Nos últimos 12 anos, o comércio internacional no setor de TI mais do que duplicou, sendo que os produtos de TI atualmente respondem por aproximadamente 20% das exportações mundiais de bens manufaturados.

O ATI, em vigor há mais de 11 anos, visa à expansão do comércio de produtos de TI e telecomunicações por meio da redução de tarifas alfandegárias. O tratado foi assinado por 43 Estados, os quais representam mais de 97% do comércio mundial de produtos de TI. O Brasil não é signatário desse acordo e mantém altas alíquotas de importação sobre esses produtos.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 30, 18 set. 2008.

Fontes consultadas:

Organização Mundial de Comércio. *Ministerial Declaration on Trade in Information Technology Products*. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/itadec_e.pdf>. Acesso em: 19 set. 2008.

Valor Econômico. *UE planeja revisão de acordo na área de TI* (16/09/2008). Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=457138>>. Acesso em: 19 set. 2008.

UE aprova importação de soja geneticamente modificada

A União Européia (UE) autorizou a importação da soja geneticamente modificada (GM) produzida pela *Bayer CropScience*. A decisão do dia 8 de setembro é a última de uma série de autorizações a produtos GM – em sua maioria, derivados do milho – concedidas desde 2004.

As aprovações são concedidas “por omissão” (“*default rulling*”), nos casos em que uma proposta está em processo de análise na Comissão Européia – órgão legislativo da UE – por determinado tempo e, ainda assim, os 27 Estados Membros não conseguiram alcançar uma decisão final. É, então, concedida uma aprovação condicional por um período de dez anos.

A soja GM, conhecida no mercado como *LibertyLink*, é resistente ao herbicida glufosinato. Como as espécies GM não são afetadas pelo herbicida “não-seletivo”, ambos produtos podem ser utilizados conjuntamente no combate às ervas daninhas, possibilitando a produção de safras maiores.

A Autoridade Européia de Segurança Alimentar (EFSA, sigla em inglês) aprovou o uso da soja *LibertyLink* em alimentos e rações animais. O produto será importado como grão ou farinha, e re-processado na Europa para utilização em alimentos ou rações. Todos os produtos derivados da soja estão sujeitos às regras da UE sobre rotulagem e rastreamento. A autorização, porém, não se estende ao cultivo da soja no território da UE, onde permanece proibido.

Os maiores produtores mundiais de soja, especialmente nos Estados Unidos da América (EUA), dependem muito da tecnologia GM no cultivo do grão. Eles criticam freqüentemente a política de tolerância zero da UE – que proíbe importações que contenham quaisquer traços de produtos GM não autorizados – e alegam que as diretrizes européias contribuem significativamente para o aumento dos gastos com a produção e o transporte dos produtos.

A Europa importa 26 milhões de toneladas de grãos e farelo de soja anualmente. E os pecuaristas europeus afirmam que a tendência global em relação à produção biotecnológica de soja e milho, combinada com a postura da UE sobre produtos biotecnológicos, torna cada vez mais difícil o fornecimento de rações animais. No passado, carregamentos de grãos e arroz foram apreendidos nos portos europeus, uma vez constatada a existência de materiais GM nas amostras.

Oficiais europeus afirmam que a medida – além de outras petições de produtos GM pendentes de autorização – objetiva ajudar no combate à falta de ração animal. A indústria pecuária européia, que depende altamente dos produtos da soja como rica fonte de proteína, aclamaram a decisão como parte de uma solução de longo prazo para garantir o acesso a rações animais mais baratas.

Grupos ambientais afirmam, no entanto, que isto é um exemplo de que a UE tem cedido às pressões dos grupos lobistas. Helen Holder, coordenadora da Campanha de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) da organização não governamental *Friends of the Earth*, afirma que os OGM não solucionam uma série de questões que precisam ser resolvidas na agricultura e no meio ambiente, de modo que não há qualquer fundamento para que esses produtos sejam autorizados. Além disso, ressalta que quanto mais os produtos GM são permitidos na UE, maiores as

chances de outras partes do mundo serem destruídas ambiental e socialmente.

Holder alega, ainda, que as novas regras irão permitir que os grandes produtores de soja GM, especialmente os estadunidenses, acessem o mercado europeu mais facilmente, ressaltando que Brasil e Argentina podem facilmente fornecer à UE rações animais que irão de encontro com a política de tolerância zero da UE.

Notícias recentes no Brasil mostram que os produtores de soja do país ainda enxergam um mercado para produtos não GM na UE. Um grupo de produtores brasileiros de soja, incluindo André Maggi – o maior grupo produtor de soja do mundo – anunciou a criação de uma associação com o propósito de aumentar a exportação de rações e grãos livres de OGM para a UE.

A Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados (ABRANGE) garante que as exportações certificadas de seus membros estarão completamente livres de OGM. O presidente da Associação, Cesar Borges de Sousa, afirmou que enquanto a Europa quiser comprar produtos não transgênicos, os membros da ABRANGE estarão dispostos a cultivá-los.

A demanda na Europa, entretanto, dependerá do futuro das autorizações a OGM e se a aprovação condicional de dez anos já garantida pelo sistema será estendida. Em 29 de setembro, a UE votará um caso similar relacionado às variedades da soja *Roundup Ready 2*, da Monsanto.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, v. 8, n. 16, 19 set. 2008.

BREVES REGIONAIS

Argentina e Brasil negociarão em moeda local

Os bancos centrais de Argentina e Brasil assinaram, em 8 de setembro, um convênio que estabelece as regras gerais dentro das quais se operará o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). A iniciativa bilateral, que entra em vigor em 3 de outubro, tem como objetivo oferecer as moedas locais como alternativa ao Dólar para operações de importação e exportação.

Para Martín Redrado, presidente do Banco Central da Argentina, o SML permitirá reduzir os custos de transação das operações de comércio exterior entre os

dois países e melhorar as condições de liquidez para o desenvolvimento do mercado. De acordo com alguns analistas, calcula-se que esse mecanismo reduzirá os custos do comércio bilateral em dois a cinco por cento.

Com esse novo sistema, abre-se a possibilidade de que a operação seja pactuada e cobrada em moeda local. O exportador emite uma fatura na moeda de seu país e, no vencimento previsto, recebe em sua conta bancária o montante estabelecido, exatamente como ocorreria se a operação tivesse sido realizada dentro do mercado local.

Fabián Perechodnik, analista político argentino, considera que o mais importante do SML é que esse ratifica uma linha política iniciada desde a criação do Mercosul. Afirma, ainda, que esse último encontra-se, todavia, em processo de desenvolvimento em termos econômicos e políticos. Mesmo assim, ressalta que ainda que as negociações não ocorram conforme o esperado, o Acordo é um avanço.

O Ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, afirmou que o governo trabalhará para ampliar o SML aos outros dois sócios do Mercosul, Paraguai e Uruguai. Segundo alguns funcionários do Banco Central do Paraguai, o país possui interesse em aderir ao acordo a partir do momento que contar com um sistema eletrônico de operações adequado.

Essas mesmas fontes revelaram ceticismo quanto à eliminação do Dólar como moeda intermediária das transações regionais, já que o sistema continuará a utilizar as cotações das respectivas moedas tendo referência na moeda estadunidense. A taxa do SML será calculada com base nas cotações do Peso e do Real frente ao Dólar, divulgadas diariamente por seus respectivos bancos centrais.

Esse convênio encontrava-se em processo de negociação desde 2007, quando o Conselho do Mercado Comum do Sul aprovou a Decisão No. 25, de 28 de junho de 2007, durante sua XXXIII Reunião Ordinária, em Assunção, Paraguai. A decisão criou o SML e estipulou que as condições de operação de tal sistema seriam definidas mediante convênios entre os bancos centrais dos respectivos Estados Partes.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5, No. 17, 23 set. 2008.

Fontes consultadas:

Banco Central do Brasil. *Bancos centrais do Brasil e da Argentina assinaram hoje Convênio que estabelece as regras gerais de operação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)*. (08/09/2008). Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/noticias/Noticias.asp?noticia=1&idioma=P>>. Acesso em: 24 set. 2008.

Boletín Oficial de la República Argentina. *Decreto 1003/2008*. Boletín Oficial No. 31.434, Primera Sección, Exportaciones, 26 jun. 2008.

Desoneração de exportações: em vigor “drawback verde amarelo”

Entrará em vigor, em 1º de outubro, o chamado “Drawback verde amarelo”, novo mecanismo de incentivo às exportações brasileiras, adotado sob os auspícios da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Governo Federal. Tal benefício prevê a suspensão do pagamento de tributos federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), quando incidentes sobre a compra de insumos nacionais destinados à produção de bens exportáveis. A Receita Federal estima que, em conjunto, a supressão destes tributos produza uma desoneração tributária de 17%.

Lançada em maio deste ano, a PDP – também conhecida como nova política industrial – é um programa composto de 20 medidas de desoneração tributária e de financiamentos especiais para determinados setores. Seu objetivo é aumentar as exportações e os investimentos no país, de modo a fomentar o crescimento econômico e incrementar a participação das exportações brasileiras nos mercados mundiais. A meta é incluir o Brasil entre os 20 maiores exportadores do mundo, aumentando a parcela de sua participação no comércio mundial, de 1,17% para 1,25%, até 2010.

Dentro desta política, o “Drawback verde amarelo” ocupa lugar de destaque, pois pode contribuir para uma maior competitividade das exportações brasileiras. A medida visa favorecer a substituição dos insumos importados pelos produzidos localmente, o que reduziria os custos de produção ao mesmo tempo em que serviria de fomento à indústria doméstica. O Secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, afirmou que a nova medida visa pôr fim a injustiças praticadas há décadas contra os exportadores brasileiros. Tal comentário faz alusão ao regime aduaneiro de “Drawback” existente até então no Brasil, em que apenas os insumos importados eram beneficiados pela isenção – o que produzia o efeito inverso, favorecendo as importações, em detrimento dos produtores locais.

A nova medida também se apresenta como um esforço pela desburocratização, uma vez que envolve a simplificação de todo o sistema “Drawback” e o desenvolvimento de uma plataforma de funcionamento via Internet. Busca-se, ainda, corrigir as deficiências do atual sistema de cobrança, substituindo o antigo mecanismo de restituição dos valores pagos pela suspensão prévia da incidência dos tributos. O objetivo de tais mudanças é aumentar o número de exportadores beneficiários do sistema de *drawback*, sendo a expectativa do governo que este número salte de 2,2 mil para 5 mil beneficiários em um ano.

Por fim, analistas afirmam ser possível que a nova política industrial brasileira suscite questionamentos de outros países, sobretudo no plano multilateral em virtude do atual contexto político que tende ao recrudescimento dos contenciosos perante a OMC. Nesse sentido, tem-se o exemplo do questionamento pelos Estados Unidos da América (EUA) de outras medidas da política industrial brasileira, perante o Comitê de Subsídios (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 3, N. 10). No nível regional, setores industriais argentinos também têm manifestado forte contrariedade à política brasileira de promoção às exportações. À luz da regulamentação da OMC, renúncias fiscais em prol da indústria doméstica podem ser consideradas subsídios – que apesar de lícitos, sofrem limitações e podem ensejar a imposição de direitos compensatórios por terceiros países. Mais grave seria a situação em que as medidas brasileiras fossem consideradas subsídios à exportação, que são ilícitos. Neste caso, verdadeiras sanções comerciais poderiam ser impostas ao país.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Convergência Digital, *Argentina critica a criação das ZPEs no Brasil*. (06/08/07). Disponível em: <<http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8877&sid=7>>. Acesso em: 24 set. 08.

Correio Braziliense, *Apoio para vender*. (19/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=495774>. Acesso em: 24 set. 08.

O Estado de São Paulo, *Novo estímulo à exportação*. (19/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=495679>. Acesso em: 24 set. 08.

Valor Econômico, *Para governo, desoneração deixa exportador mais competitivo* (19/09/08). Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=495876>. Acesso em: 24 set. 08.

Valor Online, *Exportador poderá abater imposto de insumos comprados no Brasil*. (18/09/08). Disponível em:

<<http://www.valoronline.com.br/ValorOnLine/MateriaCompleta.aspx?tit=Exportador+podera+abater+imposto+de+insumos+comprados+no+Brasil&codMateria=5156940&dtMateria=18+09+2008&codCategoria=15>>. Acesso em: 24 set. 08.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

02 de outubro

Reunião do grupo de negociações sobre acesso a mercados

03 de outubro

Reunião do grupo de trabalho sobre empresas estatais

06 de outubro

Workshop sobre medidas sanitárias e fitossanitárias

07 de outubro

Reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento – sessão especial

08 de outubro

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Coreia

08 de outubro

Reunião do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

09 de outubro

Reunião do Comitê sobre Orçamento, Finanças e Administração

09 de outubro

Reunião do Comitê sobre Regras de Origem

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intltemID=2068>>

29 de setembro

Curso de treinamento em assuntos-chave para a agenda econômica internacional: ajuda ao comércio e desenvolvimento

Local: Genebra, Suíça

01 de outubro

Fórum alto nível sobre investimentos: investindo em países sem litoral – tendências, experiências e saídas

Local: Nova Iorque, EUA

06 e 07 de outubro

VII Reunião da Força-tarefa UNCTAD-FAO-IFOAM sobre a harmonização e a equivalência em agricultura orgânica (ITF)

Local: Genebra, Suíça

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:

<<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.php>>.

01 de outubro

Reunião Especializada de Promoção Comercial do Mercosul
Brasília, Brasil

Reunião de Coordenadores Nacionais
Rio de Janeiro, Brasil

XVI Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM
Montevideu, Uruguai

07 e 08 de outubro

Reunião de Coordenadores do GMC
Rio de Janeiro, Brasil

09 de outubro

Grupo de Trabalho "Ad Hoc" sobre o Domínio Mercosul
São Paulo, Brasil

09 a 10 de outubro

Reunião da Comissão Intergovernamental sobre Política de Medicamentos
Rio de Janeiro, Brasil

10 de outubro
Reunião do Grupo Ad Hoc sobre Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
Rio de Janeiro, Brasil

12 a 14 de outubro
Reunião Mercosul – Jordânia
Amã, Jordânia

13 a 14 de outubro
Reunião dos Grupos Temáticos da Reunião Especializada sobre agricultura Familiar no Mercosul
Montevideu, Uruguai

14 a 16 de outubro
Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul
Montevideu, Uruguai

16 de outubro
Reunião Mercosul – Egito
Cairo, Egito

CEPAL

Local: Santiago, Chile

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=12&agno=2007>>.

01 de outubro
Mesa redonda com ISEAS, Cingapura e Fundação Chilena do Pacífico

02 de outubro
Reunião técnica de especialistas em estatísticas de gênero para a análise dos indicadores do Observatório de Gênero

02 de outubro
II Seminário internacional “Fontes e organização do financiamento em saúde”

08 de outubro
XXIX Conferência CIRET – Pesquisas de tendências de mercado

09 de outubro
Encontro inter-governamental “Monitoramento de direitos e desenvolvimento indígena mediante o uso de sistemas de indicadores”

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

01 de outubro
Seminário parlamentar de alto-nível sobre mudança climática
Local: Paris, França

02 de outubro
Conferência sobre a divulgação de dados financeiros e conferência de imprensa para a divulgação do relatório de performance ambiental da Hungria
Local: Budapeste, Hungria

02 e 03 de outubro
Conferência sobre migrações e países em desenvolvimento
Local: Paris, França

02 e 03 de outubro
Mesa redonda sobre competição aérea, sistemas aeroportuários e conexões intermodais
Local: Paris, França

03 a 06 de outubro
Conferência da Associação Internacional das Autoridades Anti-corrupção;
Local: Paris, França

06 de outubro
Seminário “A UE e a ALC face aos desafios da globalização: qual parceria após a cúpula de Lima? Economia, coesão social e meio-ambiente”
Local: Paris, França

06 de outubro
Conferência sobre inovação no setor de software
Local: Tóquio, Japão

06 e 07 de outubro
Workshop sobre acordos regionais de comércio e o meio ambiente
Local: Paris, França

07 a 09 de outubro
Conferência EuroBIO 2008: fazendo as mudanças acontecerem
Local: Paris, França

09 e 10 de outubro
Conferência “Cidades competitivas e mudança climática”
Local: Paris, França

09 e 10 de outubro

Seminário “A economia do turismo e a globalização: Um motor para a inovação, o crescimento e o emprego”

Local: Riva del Garda, Itália

10 de outubro

Publicação do relatório econômico da Austrália

Local: Paris, França

INFORMAÇÕES ÚTEIS

CEBRI organiza mesa redonda sobre barreiras ao comércio internacional

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) promoverão a mesa-redonda “Barreiras ao comércio internacional: custos de transportes e os novos desafios da política comercial brasileira”, que contará com a participação de Mauricio Mesquita Moreira, Coordenador de Pesquisa do BID, Aluisio de Lima-Campos, Presidente do ABCI Institute, Jorge Chami Batista, Professor da UFRJ, e Marcelo de Paiva Abreu, Professo da PUC/RJ e Conselheiro do CEBRI. O evento ocorrerá em 2 de outubro, às 15h, na sede do CEBRI, localizada à Rua do Russel, 270 - 2º andar - Glória – Rio de Janeiro. As inscrições podem ser realizadas por e-mail (eventos@cebri.org.br), com nome, empresa, cargo, endereço, telefone, fax. Para mais informações, ver: <http://www.cebri.com.br/cebri/CMS.do?idSecao=2296B7A2-DAD2-4EEF-89AA-9577CF3094F9&idMateria=9B4A1E26-FC26-BCF7-E5A4-30EAFBDCF60C>.

Workshop sobre meio-ambiente na América Latina

Organizados anualmente pelo *Global Environment Facility* (GEF), os *workshops* sub-regionais constituem uma oportunidade para que estudiosos do meio-ambiente e parceiros do GEF se reúnam e discutam e analisem políticas e procedimentos relativos ao tema e compartilhem experiências de desenvolvimento e implementação de projetos do GEF e políticas nacionais. Neste ano, o *workshop* para a América Latina ocorrerá nos dias 1 e 2 de outubro, na Cidade do México, México. Para mais informações, entrar em contato com a organização do GEF por telefone (+1-202-473-0508) ou e-mail (secretariat@thegef.org); ou acessar o site: <http://gefweb.org/interior.aspx?id=21630>.

UNCTAD publica 18ª edição de relatório de investimentos no mundo

Publicado anualmente pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), o *World Investment Report* visa à compreensão e análise das tendências observadas nos fluxos de investimentos no mundo. Neste ano, a 18ª edição do relatório, intitulada *Transnational corporations and the infrastructure challenge*, lançada em 24 de setembro, analisa os atuais fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) com foco especial sobre o papel das empresas transnacionais nas indústrias de infra-estrutura. O relatório encontra-se disponível na íntegra em: <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=10502&intltemID=2068&lang=1&mode=downloads>.

Curso para jornalistas sobre comércio e negociações internacionais

Sob coordenação do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), será realizada a quinta edição do Curso sobre Comércio e Negociações Internacionais para jornalistas. A iniciativa objetiva oferecer informações, conceitos e análises sobre temas tratados diariamente pela mídia. Dentre os tópicos que comporão o curso, destacam-se: as perspectivas do multilateralismo a partir do fracasso da Rodada Doha; agenda para a América do Sul (propostas políticas, comerciais e de segurança); conceitos gerais de negociações comerciais internacionais; segurança alimentar em relação à produção de biocombustíveis; mudanças climáticas; e BRICs. O curso ocorrerá de 6 a 10 de outubro, em Brasília, no prédio da Representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), localizado em: SEN Quadra 802 - Conjunto F - Lote 39. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas via e-mail com a coordenadora do curso, Maria Helena Tachinardi: mtachinardi@gmail.com. Mais informações sobre o curso, ver: <http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=13&arealD=13&secaoID=65&eventoID=15>.

Concurso universitário de arbitragem comercial internacional

O Centro de Arbitragem do México (CAM) está promovendo a oitava edição do Concurso Inter-universitário de Arbitragem Comercial Internacional, inspirado no modelo do tradicional *Moot*, de Viena. O objetivo do concurso é oferecer aos participantes a oportunidade de familiarização com a arbitragem, por meio da preparação e defesa de um caso concreto perante especialistas nesse mecanismo de solução de controvérsias comerciais. A data limite de inscrição é 24 de outubro. O caso hipotético, bem como as etapas e as bases sobre as quais ocorrerá o concurso estão

especificadas em:
<<http://www.camex.com.mx/concurso/>>.

Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul abre vagas

O Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul abriu processo de seleção para funcionários das Áreas Operativas. Os interessados poderão inscrever-se até 7 de outubro. A ficha de inscrição está disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/noticias/Concurso%20TPR-es.doc>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
<http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

